

## EPISÓDIOS DE ALIMENTAÇÃO DE PRAIA NO SUL DO BRASIL, QUESTÕES RELACIONADAS E PERSPECTIVAS

Simões, J.A.N.<sup>1,2,3</sup>; Silva, M.S.<sup>1,3</sup>; Souza, M.C.<sup>3</sup>; Angulo, R.J.<sup>3</sup>; Oliveria, L.H.S.<sup>3</sup>; Maia, A.A.<sup>3</sup>; Braga, A.S.<sup>3</sup>; Martins, M.D.<sup>4</sup>; Besser, M.L.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Pós-graduação em Geologia – Departamento de Geologia – Universidade Federal do Paraná. <sup>2</sup>Agência Nacional de Mineração – ANM. <sup>3</sup>Laboratório de Estudos Costeiros – Departamento de Geologia – Universidade Federal do Paraná. <sup>4</sup>Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais – CPRM.

O uso e ocupação dos solos, no litoral sul brasileiro, confronta com a dinâmica natural dos sistemas deposicionais sedimentares podendo gerar conflitos principalmente relacionados a erosão costeira. Diversas obras são propostas como forma de amenizar os impactos sociais da evolução da linha de costa, estas obras são classificadas como rígidas - *hard engineering*, tenras - *soft engineering* ou ainda obras combinadas. Entretanto, devido a falta de planejamento e/ou conhecimento da dinâmica costeira local, tais obras influenciam negativamente nas áreas que são executadas e em suas adjacências, por alterar o ponto de difração das ondas e a dinâmica das correntes. Estudos recentes demonstram que obras de alimentação de praia ou mistas são boas alternativas em oposição a obras rígidas como: quebra-mar, espigões, esporões, molhes, molhes hidráulicos e diques de contenção. A presente pesquisa visa apresentar uma revisão das praias do sul do Brasil que já experimentaram obras de engorda de praia, dentre as quais destaca-se Balneário Piçarras e Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina. Para tal, utilizou-se métodos clássicos de revisão bibliográfica e entrevista de entidades públicas envolvidas, com formulário padrão aplicados aos órgãos administrativos dos 49 municípios litorâneos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Este estudo representa a parcela inicial de um amplo projeto de pesquisa que tem por objetivo a revisão de todos os episódios de alimentação de praias no Brasil e a utilização de sedimentos dragados em canais de portos nestas obras. Os resultados apontam uma preferência geral das administrações por obras rígidas, por serem consideradas mais duradouras e por aparentemente solucionar a diminuição da “faixa de areia” naqueles locais de suas jurisdições. Conclui-se que, apenas os municípios ricos, com participações expressivas do turismo em seu Produto Interno Bruto – PIB são mobilizados a direcionar a atenção de suas gestões para questões ambientais e da acresção ou redução da linha de costa, municípios pobres geralmente permanecem com as problemáticas de erosão *versus* ocupação quase insolucionáveis. Observou-se também que geralmente existe a expectativa por parte dos municípios de que as administrações dos portos, quando próximos, participem custeando as eventuais obras de alimentação de praia, e mesmo embora a normativa ambiental priorize este tipo de aproveitamento dos sedimentos dragados, impedimentos técnicos-econômicos inviabilizam esta iniciativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** EROSÃO, OBRAS E GESTÃO COSTEIRA.